

GOMES, Luiz Roberto. *Educação e consenso em Habermas*. Campinas, Alínea, 2007, 162 p.

*Bento Itamar Borges\**

Este livro certamente inclui-se na produção de uma segunda geração de estudiosos brasileiros da teoria crítica que se interessam também pela educação. Sem dar aqui exemplos, podemos caracterizar uma primeira leva de artigos e teses, mais ou menos genéricos, que associavam em largas pinceladas essas duas grandes ocupações de nossa academia nos últimos trinta anos. De fato, era viável – e, para alguns, urgente – comparar a teoria do agir comunicativo ou uma ética do discurso, de um lado, com a educação em geral ou com a pedagogia do oprimido, do outro lado. Eram aproximações entre os “grandes discursos” emancipação e libertação, que muitas vezes pareciam revelar interesses de neófito, diante da onda mais recente que ia chegando da Europa, à medida que as traduções iam aparecendo e alguns exilados políticos eram repatriados.

Originalmente uma tese de doutorado (UNICAMP, 2005), este livro não se perde em generalidades e nem buscou apressadamente a “aplicação” de um modelo a uma prática. O mérito de Luiz Roberto Gomes mistura-se com sua sorte ou acerto ao encontrar um orientador, que foi certamente decisivo para o sucesso de uma empreitada difícil, pois Pedro Goergen é um dos pioneiros nesses estudos que conjugaram as contribuições da teoria crítica com as demandas da pedagogia crítica, que floresceu no Brasil, desde o esforço de redemocratização do país ao final dos anos 70. Goergen e Gomes souberam combinar o intercâmbio entre as duas áreas da maneira mais adequada, ou seja, desigual: o livro destina menos de

---

\* Professor Associado do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais (FAFCS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: bentoib@ufu.br

um terço de seu espaço gráfico para o balanço que o título provoca, ao associar educação e consenso e, com isso, reserva mais fôlego e espaço para o embasamento teórico-conceitual.

Trata-se de uma tese de filósofo, que resolveu encarar, sem contrariedade e com competência, os ossos duros do ofício interdisciplinar. Sabemos que muitos educadores foram buscar justamente em Habermas um apoio teórico e moral para esse sonho do diálogo entre diferentes disciplinas e saberes. Todavia, poucos se dispuseram a refazer o percurso de Habermas, driblando inúmeras disciplinas e seus principais autores. Além disso, outros educadores e filósofos, renitentes diante do novo paradigma, devem ter esperado sua própria aposentadoria para que continuassem a repetir, sem maiores compromissos, que a filosofia analítica da linguagem é árida e despolitizante, que o pragmatismo toma um atalho perigoso, que o racionalismo crítico tem o ranço do positivismo, etc.

Para os que continuaram trabalhando na academia – e para Habermas, que não parou de pensar e escrever após aposentar-se –, o desafio continuou: como produzir racionalidade neste mundo injusto e agitado do capitalismo tardio? É certo que não nos basta a resignação de uma crítica da ideologia que, há algumas décadas, sofre de um triste déficit de racionalidade. Habermas, Pedro Goergen, Luiz Roberto Gomes e o autor desta resenha colocam-se no campo da compreensão do novo paradigma, mas sabem que não basta aceitá-lo; é necessário desenvolvê-lo e dialogar com os defensores de outras vias, que teimam em adiar sua própria “conversão”, como diria Thomas Kuhn. Todavia, não se espera que todos os ditos herdeiros da teoria crítica se ponham a inventar novas bases para que ela sobreviva. Primeiro, porque não lhe basta uma sobrevivência na hegemonia acadêmica; Habermas está à frente de um diálogo cheio de conseqüências para agentes sociais ocupados com nada menos que emancipar o gênero humano, ampliar a democracia, salvar o planeta. E é claro que isso interessa diretamente aos educadores, sobretudo aqueles que não se deixam seduzir pelos imperativos

sistêmicos, através da especialização que instrumentaliza a Razão. E também porque Habermas “não tirou da cabeça” os motivos pós-metafísicos de uma guinada lingüística; trata-se de um longo trabalho de interlocução ainda em andamento.

O autor Luiz Roberto Gomes assumiu uma pesada tarefa, ao mergulhar em quadros categoriais complexos e vazados naquela mescla de jargões que resulta de um esforço interdisciplinar. Todavia, o leitor não terá tanto estresse assim, pois o texto fornece-lhe os recursos básicos para que entenda as manobras quase sempre sofisticadas de Habermas entre conteúdos empíricos e modelos sistêmicos. Em subseções ou notas de rodapé – acertadamente reservadas para explicações e remissões – o leitor vai aprendendo ou recordando o que significa o embate entre mundo da vida e sistema, como Habermas ampliou e melhorou a classificação dos atos de fala, como funciona uma situação ideal de fala e tantas outras informações, devidamente situadas no desenrolar das etapas reconstrutivas de um herdeiro da teoria crítica que se viu jogada em uma crise de paradigmas.

Em suas reconstruções – e isso tem *status* de método de trabalho –, Habermas adota não apenas provisoriamente os termos do interlocutor, mais ou menos como Freud empregou o vocabulário da bem sucedida mecânica para a psicanálise que estava inventando. Mas que ninguém se engane (e Luiz R. Gomes não se engana) quanto ao firme objetivo desse produtivo e onipresente alemão, com seu paradigma reconfigurado: sua reflexão sempre visou superar as contribuições empíricas das ciências que visitou. Mesmo em debates bastante amistosos, como aqueles que teve com Rorty, nosso frankfurteano da segunda geração, vai mais cedo ou mais tarde mostrar sua diferença e, eventualmente, próximo de tripudiar, anuncia, no caso, que sua posição certamente inclui a do colega.

E é disso que se trata: universalizabilidade da democracia. No desenvolvimento teórico de Habermas, isso pressupõe que o novo fundamento que apresenta para fundar o direito e a democracia é

parte de um paradigma que tem apresentado “feitos heróicos”, como, por exemplo, superar o paradoxo entre direitos humanos e soberania. O livro aqui analisado acompanha muito bem a sutil diferença entre os projetos de Apel e Habermas, que, vistos de longe e em momentos anteriores, mais parecem dois compadres. Gomes está atento à demarcação que se tornou inevitável entre os dois que, com pesos diferenciados, elaboraram uma “ética do discurso”. Todavia, como mostra o texto, uma pragmática transcendental não equivale a uma pragmática universal. Para o projeto que Habermas encabeça, não foi suficiente um giro lingüístico; tornou-se imperativo uma segunda manobra rumo à pragmática, como sintonia fina de uma teoria da racionalidade.

Quase tudo que apresentei até aqui – e sei que o fiz de modo enviesado – corresponde a temas e estratégias de redação do segundo capítulo, que leva o adequado título de “O consenso na Teoria do Agir Comunicativo de Habermas”. O leitor desta resenha deve saber – e o leitor do livro vai confirmar – que é muito importante munir-se dessas informações bem situadas, pois o conceito de consenso, alvo do segundo capítulo, tem sido muito prejudicado pelo que fazem com ele, como no caso do “Consenso de Washington”. Ora, trata-se aí de um acordo de cavalheiros nada gentil, sobre como vão continuar sua dominação capitalista retardatária. O consenso racional pretendido, por sua vez, está ancorado em uma teoria da verdade, apresentada ao final do capítulo.

O primeiro capítulo corresponde a uma “análise de conjuntura”, para usarmos o jargão das assembléias – que, aliás, emprestam à teoria do agir comunicativo um certo modelo bastante testado e aperfeiçoado daquela insuficiente “democracia regimental”. E qual é a conjuntura, que está a requerer uma proposta que chama para a construção bem fundamentada do consenso (com a participação dos educadores)? Ora, é o contexto de crise, no qual estamos há mais de dois séculos, como afirmou Koselleck, desde a incipiente crítica ao antigo regime, feita por uma certa filosofia burguesa da história. Aqui também,

Gomes evita a generalidade, ao caracterizar de maneira precisa o tema a que se dedica, pois enquadra a crise no contexto do debate em torno do pós-modernismo. Com isso, resolve uma dupla briga de Habermas, que passa a ser a sua: contra a despedida do “inacabado” projeto racionalista de modernidade e dentro dos marcos de um modo de produção que continua capitalista. Além de negar o prefixo “pós” adotado pela empáfia dos arautos da fragmentação – desmascarados por Habermas, em elegante revanche, com “neo-conservadores” –, o capítulo se reforça em torno da carência de legitimação. Gomes não espera o terceiro capítulo; de vez em quando anuncia ou amarra a educação aos termos da sua análise de conjuntura, pois eis o que interessa: legitimar a democracia. Pois o consenso é o “critério de validação e legitimação das ações humanas” (p.28)

Aqui eu faria uma leve crítica, que incide quase que apenas na diagramação do texto. Pareceu harmônica a iniciativa de manter no sumário o plano: Crise – consenso – educação. Todavia, o título – “Tempos ‘pós-modernos’ e crise de consensos” - não me parece equivaler ao conteúdo do primeiro capítulo, pois não se trata apenas de uma crise “de consenso”. Quase podemos inverter a frase para revelar uma falta de consenso entre teóricos sobre a natureza da crise. Mas, é claro que a crise tem sua base e sua dinâmica na mais material crise econômica, que o Estado procura disfarçar e empurrar para subsistemas. E não me parece relevante discordar de Gomes nas primeiras páginas sobre seu perfil de Habermas: se este autor alemão teve duas ou três fases, em sua produção intelectual torna-se secundário, uma vez que o livro aqui resenhado investe pesado na troca de paradigmas, que é o melhor critério de demarcação entre duas (ou três) fases na obra de Habermas.

Uma tese não resolve todas as questões e, no caso de Habermas, são muitas as perspectivas e ramificações de um autor que se referiu à própria obra como “montanha”. Todavia, poderá chegar para Gomes a hora de cometer uma certa violência contra os pais intelectuais de Habermas, a saber, incluí-los, com as devidas

ressalvas, entre os próprios autores ligados ao clima do discurso do pós-modernismo. Nas últimas páginas do capítulo primeiro, ainda se investe muito em Adorno e Horkheimer para elaborar o diagnóstico da sociedade contemporânea. É problemático o status da razão no influente e cativante texto escrito pela dupla, *Dialética do esclarecimento*. Horkheimer, mais que Adorno, recuou para posições que o remetem, sob o critério adotado por Bárbara Freitag, para o campo dos “irracionalistas”.<sup>1</sup> É claro que o texto de Gomes justifica sua manutenção (e a de seu orientador) das matrizes da teoria crítica. Enfim, sempre dependemos de um ponto de vista e sabemos que o horizonte de compreensão está sempre se deslocando – e há horas em que não sabemos bem o que é um incidente de percurso e o que é o percurso mesmo. Em homenagem ao Ulisses dessa *Dialética*, trata-se do caminho da razão, eventualmente disfarçada.

Posso imaginar qual seria a réplica do autor a esta crítica, caso ele tome conhecimento da presente resenha, pois o terceiro capítulo – “Educação e consenso em Habermas” – começa pela defesa da forte pareceria entre Adorno e Habermas. Acreditamos, em concordância com o sentido da educação atribuído por Adorno e ancorado nas teses fundamentais da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas, que enquanto a humanidade não esgotar o seu papel crítico e emancipatório, a educação continuará exercendo um papel significativo na formação de indivíduos comunicativa e socialmente responsáveis (p. 115).

Assim, essa parte do livro converge para uma defesa “do caráter reconstrutivo, crítico e consensual dos saberes como possibilidade de emancipação” (p. 116), o que explicita a necessidade de manter as velhas bandeiras de uma meta-narrativa moderna, mas

---

<sup>1</sup> Permitam-me uma carona para *merchandising*: a revista *Educação e Filosofia* trará em seu número 42 um texto de Habermas, traduzido por Maurício Chiarello, em que submete Horkheimer e Adorno a uma crítica radical, quase arrasadora, em torno de suas concepções de razão. Adorno ter-se-ia salvo por entrever um espaço de conciliação na fruição estética. (revedfil@ufu.br)

sem o substrato religioso ou metafísico. O texto não se arvora, ao que parece, em propor alguma conciliação apressada de modelos e projetos; Gomes continua a explicitar, com honestidade acadêmica louvável, os *problemas* que ainda reaparecem quando os educadores se voltarem aos kantianos programas de “esclarecimento”, pois agora, de novo nos expomos ao abismo epistemológico, como diria Toulmin: como pode o esclarecimento orientar (ou garantir) a emancipação? Foi por se assustar com esse *gap* que Habermas se lançou para longe de seu mestre Adorno, em busca de uma nova fundamentação não-contextualista para a teoria crítica da sociedade. E não se pode cair no círculo vicioso.

É claro também que o leitor poderá esperar respostas e direções, pois o livro não se propôs a provocar perplexidades. Algumas pistas, só para dar uma amostra delas aqui, são o “fortalecimento da comunicação não distorcida” (p. 132), a interação social orientada pelo entendimento, a resistência contra os processos de inculcação da indústria cultural, a proteção e a promoção das condições necessárias no mundo da vida para que a competência comunicativa se desenvolva, etc.

Eis, enfim, uma boa amostra do texto, em que Luiz Roberto Gomes tematiza a conexão prometida no título do livro. O *consenso*, como critério de validação do pensar e do agir, fundamentado pela busca cooperativa e processual da verdade, nos permite conceber a idéia da possibilidade de um processo de ‘desbarbarização’ das relações sociais. Assim ao admitirmos a competência comunicativa dos sujeitos em interação, no sentido de Habermas, podemos afirmar que a humanidade pode continuar seu caminho de libertação através do aperfeiçoamento de suas ações em um processo cooperativo de aprendizagem que almeja a emancipação. Daí a tarefa da educação que deve orientar-se pela contenção e reversão do processo de colonização do mundo da vida, através da ampliação das condições que permitem o uso comunicativo da linguagem fundamentado na possibilidade do consenso a ser alcançado argumentativamente. (p. 116)

Sem querer transformar esta resenha em artigo, ocorre-me agora voltar às impressões de leitura expostas no início deste texto. Além de algumas teses e artigos que, nos anos 80, costuravam uma aproximação fraca entre quadros e modelos, conhecemos teses anarquistas e libertárias que propunham um sociedade sem escolas (*unschooling*) ou uma “pedagogia do conflito”. Não se pode julgar pelos meros rótulos nem um antigo livro de Gadotti e nem as atuais propostas de Habermas e Gomes rumo ao consenso; leitores interessados em educação, filosofia, ação social e, sobretudo, na defesa e implementação da democracia e do entendimento poderão encontrar neste livro aqui avaliado não apenas contraponto e complemento para suas bibliografias – trata-se já de um lance performativo que investe na construção do consenso, pois o leitor vai certamente dialogar com o texto e repensar a prática de seu grupo e os parâmetros de análise para o momento atual.

*Data de Registro 15/01/08*

*Data de Aceite 30/01/08*